

DADOS DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85816/2025

Endereço eletrônico	www.gov.br/compras/pt-br - UASG 929615
Objeto	Aquisição de materiais (uniformes) para execução do Projeto Formando Cidadãos no Município de Salvador/BA.
Critério de julgamento	Menor preço global.
Modo de disputa	Aberto e fechado.
Recebimento das propostas	05/05/2026 até 20/05/2026 às 10h00.
Abertura das propostas e sessão pública	20/05/2026 às 10h00.
Prazo de entrega	15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única.
Valor estimado	R\$ 367.631,00 (trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e trinta e um reais).

O Município de Salvador, por intermédio da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer - SEMPRES, inscrita no CNPJ nº 13.927.801/0017-06, torna público que realizará licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais (uniformes) para execução do Projeto Formando Cidadãos no Município de Salvador/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, composto pelos itens abaixo:

Item	Codificação	Descrição	Quantidade	Un.	Valor unitário	Valor total
1	200025435	Kit kimono de jiu-jitsu infantil, cor azul, com jaqueta, calça, faixa branca e patch personalizado, conforme especificações detalhadas do Termo de Referência.	800	UNID.	R\$ 289,00	R\$ 231.200,00
2	200025434	Kit kimono de jiu-jitsu adulto, cor azul, com jaqueta, calça, faixa branca e patch personalizado, conforme especificações detalhadas do Termo de Referência.	489	UNID.	R\$ 279,00	R\$ 136.431,00
		VALOR TOTAL ESTIMADO (Preço máximo aceitável para contratação)				R\$ 367.631,00

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento da SEMPRE para o exercício financeiro de 2026.

- a)** Unidade Orçamentária: 52002.
- b)** Subação: 27.812.0002.117400 - Implantação e Implementação do SEMPRE Esportivo.
- c)** Elemento de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo.
- d)** Fontes: 1.700.1.1.1.001 / 1.500.1.1.0.001 - Tesouro.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados previamente credenciados no SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), desde que atendam às condições de cadastramento exigidas até a data prevista para o recebimento das propostas.

3.2. O licitante responde exclusivamente pelas transações realizadas em seu nome, bem como pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, devendo providenciar, de imediato, a correção de eventuais inconsistências.

3.3. O grupo único é destinado à ampla participação, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.4. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual, nos limites da legislação aplicável.

3.5. Não poderão participar desta licitação, entre outros impedidos legais:

- a)** quem não atender às condições do Edital e de seus anexos;
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, bem como empresa a eles vinculada, quando a licitação versar sobre objeto a eles relacionado;
- c)** pessoa física ou jurídica sancionada com impedimento de licitar ou contratar, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d)** quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, com agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;
- e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;
- f)** pessoa física ou jurídica condenada, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- g)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- h)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- i)** organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.6. O impedimento decorrente de sanção também alcança o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a penalidade aplicada, desde que comprovada a fraude.

3.7. A vedação de participação estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. Em contratações parcialmente financiadas por organismo internacional, também não poderá participar pessoa física ou jurídica integrante de cadastro de sancionados da entidade financiadora ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as etapas de apresentação de propostas, lances e julgamento.

4.2. A proposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá apresentar, em campo próprio do sistema, as declarações nele exigidas, conforme a sua condição, em conformidade com o Edital e a legislação aplicável. A sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, o atendimento ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções cabíveis.

4.6. Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta ajustada serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

4.7. Se o sistema disponibilizar a funcionalidade de parametrização, o licitante deverá observar as regras nele previstas para definição, alteração e sigilo do valor final mínimo.

4.8. Compete ao licitante acompanhar as operações no sistema durante todo o certame e comunicar imediatamente ao provedor qualquer fato que comprometa o sigilo ou a segurança do acesso.

4.9. A proposta deverá ser cadastrada com o preenchimento dos campos exigidos pelo sistema, em conformidade com o Termo de Referência e com este Edital.

4.10. Todas as especificações constantes da proposta vinculam o licitante.

4.11. Nos valores ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais, frete, seguro e demais despesas incidentes.

4.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior por erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.13. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento variável de tributos, a cotação deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos dos últimos 12 (doze) meses.

4.14. Independentemente do percentual indicado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais previstos na legislação vigente.

4.15. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, bem como o compromisso de executar o objeto nos termos ofertados.

4.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

4.17. Os licitantes deverão observar os preços máximos unitários e o valor total máximo estabelecidos pela Administração.

5. DA SESSÃO PÚBLICA, DOS LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

5.1. A abertura da sessão pública ocorrerá automaticamente, por meio do sistema eletrônico, na data, no horário e no local indicados neste Edital.

5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, devendo a decisão ser fundamentada e registrada no sistema.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.5. Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema, pelo valor total do grupo, em ordem sucessiva e sempre em valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

5.6. O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo). O licitante poderá excluir seu último lance, uma única vez, no prazo de 15 (quinze) segundos após o registro, em caso de lance inconsistente ou inexecutável.

5.7. O procedimento seguirá o **modo de disputa aberto e fechado**. Na etapa aberta, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos por 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, que perdurará por até 10 (dez) minutos, em período aleatoriamente determinado, ao final do qual a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.8. Encerrada a etapa aberta, o sistema permitirá ao autor da melhor oferta e aos licitantes com propostas até 10% (dez por cento) superiores a ela a apresentação de lance final e fechado, no prazo de 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o término desse período. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nessa condição, poderão ser convocados os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de 3 (três), para o mesmo procedimento.

5.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado no sistema. Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, sem identificação do ofertante.

5.10. Se houver desconexão do sistema para o pregoeiro por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.11. O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial. Havendo apenas uma proposta, ela poderá ser aceita, desde que atenda às exigências do instrumento convocatório e seja compatível com o valor estimado.

5.12. Nos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, após a etapa de lances, o sistema aplicará, quando cabível, o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015. Considerar-se-ão empatadas as propostas apresentadas por ME e EPP até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta de empresa não beneficiária. A ME ou EPP mais bem classificada nessa faixa poderá apresentar nova oferta inferior à primeira colocada no prazo de 5 (cinco) minutos, observada a ordem de classificação e, em caso de igualdade de valores, sorteio.

5.13. Somente poderá haver empate entre propostas de mesmo valor que não tenham sido seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada. Nessa hipótese, serão observados,

sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate, serão aplicadas as preferências legais e, se ainda necessário, realizado sorteio.

5.14. Encerrada a etapa de lances, se a proposta da licitante mais bem classificada permanecer acima dos preços máximos fixados pela Administração, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas por meio do sistema. Se a proposta permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar com as demais licitantes, observada a ordem de classificação.

5.15. Concluída a negociação, o pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada o envio, no prazo de **2 (duas) horas**, da proposta ajustada ao último lance ou ao valor negociado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada apresentada no chat do sistema antes do seu término.

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame e, quando cabível, ao enquadramento necessário para usufruto do tratamento favorecido.

6.2. Em seguida, será examinada a proposta quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço com o valor máximo admitido e ao atendimento das exigências constantes do Edital e de seus anexos.

6.3. Será desclassificada a proposta que:

- a)** conter vício insanável;
- b)** não atender às especificações técnicas do Termo de Referência, do Edital ou de seus anexos;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou superiores aos preços máximos unitários ou total admitidos;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e)** apresentar desconformidade com exigência do Edital ou de seus anexos que não admita saneamento.

6.4. Se houver indícios de inexecução ou necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro poderá promover diligências para aferir a viabilidade da proposta, inclusive mediante apresentação de notas fiscais, planilhas ou outros documentos idôneos.

6.5. Se a Administração tiver elaborado planilha de custos para decomposição do valor estimado, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha correspondente, ajustada ao valor final de sua proposta.

6.6. Irregularidades meramente formais que não comprometam o conteúdo da proposta, seu entendimento ou o interesse público não ensejarão desclassificação. Erros materiais ou de preenchimento poderão ser saneados, desde que não impliquem majoração do preço nem alteração da substância da proposta.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir o objeto da licitação, serão exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pelo SICAF, nos limites das informações nele constantes.

7.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado o envio, via sistema, **juntamente com a proposta ajustada**, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital.

7.4. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos relativos a:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) documentação complementar eventualmente exigida no Edital.

7.5. A **habilitação jurídica** será comprovada conforme a natureza do licitante, mediante apresentação dos documentos constitutivos pertinentes, inclusive atos de registro, estatuto ou contrato social, documentos de identificação, prova da representação dos administradores e, quando for o caso, documentos específicos de MEI, cooperativas, agricultor familiar, produtor rural ou empresas estrangeiras.

7.6. A **regularidade fiscal, social e trabalhista** será comprovada por meio de inscrição no CPF ou CNPJ, inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal, regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS e certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, observado o tratamento legal conferido ao MEI.

7.7. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.8. A **qualificação técnica** será comprovada por atestado de fornecimento de bens similares, em quantidades e características compatíveis com o objeto licitado, bem como por declaração formal, assinada por representante legal, de que os bens ofertados atendem às exigências técnicas do Edital e de que haverá disponibilidade para o atendimento integral do objeto.

7.9. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ ou CPF divergente, salvo os legalmente admitidos. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, em nome da filial, ressalvadas as hipóteses em que, pela natureza do documento, seja possível sua emissão somente em nome da matriz, inclusive quanto à centralização de recolhimento do FGTS e de contribuições correlatas.

7.10. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras para verificar a autenticidade e a regularidade dos documentos apresentados.

7.11. Poderá ser solicitado o envio de documentos complementares para confirmação de informações já apresentadas ou para comprovação de condição preexistente à data da proposta, observado o art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, aplica-se o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.13. Se a proposta for desclassificada ou se o licitante não comprovar o atendimento às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas, do ato de habilitação ou inabilitação e da anulação ou revogação da licitação.

8.2. Nos casos de julgamento das propostas e de habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, exclusivamente no sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

8.3. Aceita a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões no sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, no mesmo prazo, apresentar contrarrazões, contado da disponibilização das razões recursais.

8.4. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação ou em alegações genéricas.

8.5. O não oferecimento das razões recursais no prazo legal implicará o não conhecimento do recurso.

8.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso terá efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

8.7. Será assegurado aos licitantes o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Não havendo recurso, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor.

9.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o procedimento.

9.3. A homologação do resultado não gera, por si só, direito à contratação.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.2. A exigência de garantia contratual e a validade do produto observarão o disposto no Termo de Referência.

10.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

10.4. As obrigações das partes constam do Termo de Referência e da minuta contratual.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Constituem infrações administrativas, para os fins da Lei nº 14.133/2021, as condutas previstas no art. 155 da referida lei, sem prejuízo de outras definidas no contrato e na legislação aplicável.

11.2. Pela prática de infração administrativa poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A multa moratória será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. No caso de atraso na apresentação, suplementação ou reposição de garantia, a multa moratória será de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento).

11.4. A multa compensatória será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, e não afastam o dever de reparação integral do dano causado à Administração.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros, a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a existência de programa de integridade.

11.7. Os débitos decorrentes de multas ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração ao contratado, sem prejuízo de cobrança administrativa ou judicial.

11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão passíveis de reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade, exigidos, cumulativamente: I – reparação integral do dano causado à Administração Pública; II – pagamento da multa; III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos legais.

11.9 Nas hipóteses de sanção aplicadas em razão das infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a reabilitação do licitante ou contratado dependerá, ainda, da implantação ou do aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, nos termos do parágrafo único do art. 163 da referida Lei.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente pelo endereço eletrônico **cosel-sempre@salvador.ba.gov.br**.

12.2. O pregoeiro, com apoio do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação e prestará os esclarecimentos solicitados, sem suspensão automática dos prazos do certame.

12.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser motivada nos autos.

12.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, salvo quando a alteração promovida não afetar a formulação das propostas.

12.5. As impugnações deverão ser encaminhadas em arquivo PDF. As respostas serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à abertura da sessão.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

13.1 Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- V. prática obstrutiva:
 - a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;
 - b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Se não houver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. As normas do certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por essas despesas.

14.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7. O pregoeiro ou a autoridade superior poderá, em qualquer fase do certame, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria ter sido apresentado originalmente, ressalvadas as hipóteses legais.

14.8. Em caso de divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.9. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dia de expediente na Administração.

14.10. Integram este Edital: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Modelo de Proposta de Preços; Anexo III - Modelo de Declarações; e Anexo IV - Minuta do Contrato.

14.11. Este Edital será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no portal www.gov.br/compras e no sítio eletrônico oficial do Município de Salvador.

15. DO FORO

15.1. As questões decorrentes deste Edital que não puderem ser resolvidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Salvador/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 24 de abril de 2026.



FELIPE LUCAS
Diretor Geral de Esportes e Lazer
Mat. 3172887

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
MATERIAIS - UNIFORMES

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** Aquisição de materiais (uniformes) para execução do **Projeto Formando Cidadãos no Município de Salvador/BA**, nos termos da tabela do item 1.2, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** A Planilha Orçamentária abaixo apresentada serve apenas para cumprimento do quanto determinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente quanto ao VALOR DE REFERÊNCIA:

GRUPO ÚNICO						
UNIFORMES						
N* ITEM	CODIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	U.N.	VALOR MÉDIO COTADO	
					VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	200025435	KIT KIMONO DE JIU JITSU na cor azul : 01 (uma) JAQUETA confeccionada em tecido trançado médio reforçado 100% ALGODÃO (a partir de 450g/m2), com uma única peça gola (lapela) dupla de 06 (seis) costuras e 01 (uma) CALÇA em tecido composto de fios de nylon dispostos de maneira quadriculada, padrão ripstop, duplo tecido na coxa até a barra e quatro reforços extras, 260g/m2. FAIXA branca, 100% algodão, 6 costuras paralelas. PATCH em 100% poliéster, tamanho 22x21cm, da logomarca fornecida pela contratante, impresso em policromia e costurado nas costas e na frente do kimono. <u>Tamanho INFANTIL entre M00 à M4</u> a ser definido pelo contratante.	800	UNID.	R\$ 289,00	R\$ 231.200,00
2	200025434	KIT KIMONO DE JIU JITSU na cor azul : 01 (uma) JAQUETA confeccionada em tecido trançado médio reforçado 100% ALGODÃO (a partir de 450g/m2), com uma única peça gola (lapela) dupla de 06 (seis) costuras e 01 (uma) CALÇA em tecido composto de fios de nylon dispostos de maneira quadriculada, padrão ripstop, duplo tecido na coxa até a barra e quatro reforços extras, 260g/m2. FAIXA branca, 100% algodão, 6 costuras paralelas. PATCH em 100% poliéster, tamanho 22x21cm, da logomarca fornecida pela contratante, impresso em policromia e costurado nas costas e na frente do kimono. <u>Tamanho ADULTO entre A0 à A4</u> a ser definido pelo contratante.	489	UNID.	R\$ 279,00	R\$ 136.431,00
GERAL: R\$ 367.631,00						TOTAL

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 36.022, de 19 de setembro de 2022, que estabelece o enquadramento dos Bens de Consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo no âmbito da Administração Pública Municipal.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do art. 105 Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. O objeto da aquisição caracteriza-se como de natureza comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. É de conhecimento público mundialmente que as artes marciais aos seus praticantes imprimem valores morais como a questão disciplinar, equilíbrio emocional, dentre outros que formam a filosofia desses participantes, que resultam em alto estima, empoderamento, autodefesa, saúde e num afastamento do crime; todos elementos básicos da cidadania.
- 2.2. Pela necessidade de contribuir para a execução da Política Nacional Esportiva, o projeto visa implementar e desenvolver ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de fornecer à população infantojuvenil o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano, mecanismo de garantia ao direito ao esporte e ao lazer, para o desenvolvimento do Projeto Formando Cidadãos pelo Esporte, para a prática de atividades esportivas de lutas.
- 2.3. Considerando que em comunidades carentes há uma maior ocorrência de vulnerabilidade social.
- 2.4. A Proposta visa proporcionar ações de esporte e lazer para crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, com a oferta de vivências esportivas para o desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo com legado da inclusão por meio do Esporte e do Lazer, apontando o esporte e o lazer como direito social.
- 2.5. Busca o projeto, para os beneficiários, amenizar e/ou resolver o problema de adolescentes e jovens sedentários, sem oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer com vistas ao desenvolvimento integral. Crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, aliciados pelo crime nas áreas periféricas do Município. Proporcionar aos beneficiários, o incentivo em esportes de média e alta performance, na tentativa de afastá-los dos riscos sociais.
- 2.6. Justifica-se a aquisição de materiais (uniformes) para que seja possível a realização do projeto proposto, que se denominará **FORMANDO CIDADÃOS**, no município de Salvador/BA, e **atingirá diretamente cerca de 1.289 beneficiários entre crianças, adolescentes e jovens de 07 a 17 anos**, de ambos os sexos, cerca de 3.000 beneficiários indiretos (profissionais, familiares, admiradores do esporte, entre outros), totalizando 4.289 beneficiados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Dada a natureza do objeto, a solução escolhida é a abertura do processo licitatório, visto que não existe contrato vigente com o bem em questão, e trata-se de item de necessidade específica do Convênio nº 952468/2023. Sendo, portanto, a solução que mais se adequa às necessidades da Administração, pois através de uma licitação procura-se a condição mais vantajosa para a administração pública e deve ser obrigatoriamente realizada observando os princípios de igualdade entre licitantes e critérios definidos no edital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

- 4.1.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, conforme preconizam a Lei nº 6.938/81, a Instrução Normativa nº 01/10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a Instrução Normativa nº 31/09 do Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Lei Municipal nº 8.915/15.

4.2. Da Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Da Garantia da Contratação

4.3.1. Não será exigida a garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única.

5.1.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens serão entregues em perfeita condições de uso e funcionamento, conforme proposta apresentada, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigidos, no Consórcio Salvador Logístico-CSL, localizado à Estrada Campinas de Pirajá, n. 1068, Campinas de Pirajá, Salvador-Ba, CEP: 41270-00, de segunda à sexta-feira, das 09h às 11h e 14h às 16h.

5.2. Dos Critérios de Aceitação

5.2.1. Os objetos deverão ser entregues na quantidade especificada, consoante com o discriminado neste Termo de Referência.

5.2.2. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido/refeito/ devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, conforme informado no subitem 4.3.1 deste instrumento.

6.2. Considerando a natureza do objeto, não é cabível a exigência de manutenção e assistência técnica.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

- 7.5** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.6** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.7** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.8** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput) e sua inadimplência não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.9** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.10** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.11** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados.
- 7.12** Além do disposto acima, a fiscalização contratual ocorrerá a qualquer tempo e momento durante todo o período de execução do projeto.

8. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, observando-se o quanto previsto no Termo de Referência.
- 8.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos critérios de medição e pagamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

- 9.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.
- 9.1.2.** A adoção do critério a ser utilizado justifica-se em virtude da viabilidade econômica, mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista a dificuldade logística/operacional da administração em proceder com a contratação, recebimento e distribuição de todos os itens, um por um, em separado.
- 9.1.3.** Assim, com o agrupamento dos itens restam minimizados os riscos da Administração em contratar fornecedores diferentes, prejudicando a entrega dos materiais e execução dos serviços, sendo lícito o agrupamento em grupo de itens, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si, não sendo viável tecnicamente a sua divisão.
- 9.1.4.** Desta feita, resta certificada a eficiência da contratação em grupos, que propicia um grande ganho para a Administração na economia de escala, uma vez que o mercado tende a oferecer preços menores quando a contratação é realizada conjuntamente, posto que os custos administrativos/logísticos são menores do que aqueles existentes na contratação individualizada.
- 9.1.5.** O grupo único será para ampla participação de interessados, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.1.5.1.** Neste certame não será reservada cota do objeto para aquisição prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o fornecimento de materiais por empresas diferentes seria um risco de

atraso no cumprimento na execução do projeto, considerando ainda que o padrão de qualidade poderia ser diverso, dificultando a unicidade de atendimento a todos os beneficiários. Sendo assim, o tratamento diferenciado não será aplicado para reserva de cota.

- 9.1.6.** Não será permitida a participação de consórcios no certame. A ausência de consórcios não trará prejuízos ao certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital.
- 9.1.7.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.1.8.** Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração para cada grupo, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.1.9.** O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência, expressando os valores em moeda nacional, reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

9.2. Regime de Execução

- 9.2.1.** A entrega do objeto será de forma imediata e integral.

9.3. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista

- 9.3.1.** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, necessárias e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e definidas no Edital.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.4.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, vigente na data da apresentação da proposta, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 367.631,00 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais)**, conforme planilha orçamentária realizada pelo Setor de Gestão de Materiais - SEGEM/SEMPRE deste Conveniente, que segue no item 1.2 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.
- 11.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1.** Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 12.6.** Rejeitar os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à Contratada que assumirá todas as despesas daí decorrentes.
- 12.7.** Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades;
- 12.8.** Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela Contratada, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 12.9.** Emitir Autorização de Fornecimento para instruir a entrega dos materiais;
- 12.10.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.
- 12.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.12.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.
- 12.13.** Responder, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de garantia ou validade;
- 13.2.** Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- 13.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente (s) ao (s) material (is)/serviço(s).
- 13.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 13.7.** Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 13.8.** Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer documentação e orientação necessária.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1.** O contrato trará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a alteração subjetiva.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1.** A gestão e fiscalização do contrato será de responsabilidade da CONTRATANTE, Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer – SEMPRE, através da Diretoria de Esportes e Lazer – (DEL.
- 15.2.** Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 15.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.4.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO REAJUSTE

- 16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/07/2025**.
- 16.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, havendo pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA** ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação reajuste.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação das sanções administrativas.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado pela unidade demandante, Diretoria de Esportes e Lazer – DEL da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, através da cooperação técnica da sua equipe, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Salvador, 07 de agosto de 2025

BRUNO REIS
Prefeito

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Órgão	PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - PMS SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE	Pregão nº 006/2026
Nome/Contato		
Razão social do fornecedor		
Telefone/ E-mail		

Item	Código	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1			UN		R\$	R\$
2			UN		R\$	R\$
VALOR TOTAL						

Observações:

Declaro que no preço cotado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive frete, seguro, taxas, tributos e demais encargos incidentes, e que a entrega será efetuada no local indicado pela contratante, sem ônus adicional.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

(Nome da pessoa física ou jurídica), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, com sede/endereço em _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos fins, que:

A. DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

- ☐ não possui sócio, diretor ou representante que mantenha relação vedada pelo Edital ou pela legislação aplicável com agentes públicos vinculados à contratação;
- ☐ tem ciência das vedações relativas à subcontratação e à manutenção de vínculo com pessoas impedidas, nos termos do Edital;
- ☐ as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, sob as penas da lei.

B. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- ☐ utilizará os dados pessoais eventualmente acessados exclusivamente para a finalidade relacionada à execução contratual;
- ☐ manterá sigilo e confidencialidade sobre as informações recebidas, observando a Lei nº 13.709/2018;
- ☐ comunicará à contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.

C. DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

- ☐ a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e demais encargos incidentes na execução do objeto.

D. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

- ☐ cumprirá, quando aplicável, as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.

E. DECLARAÇÃO PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP

- ☐ no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

F. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- ☐ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

G. DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

- ☐ tem pleno conhecimento do Edital nº 000/2026, de seus anexos e das condições para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

H. DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome do órgão/empresa	Vigência do contrato	Valor total do contrato

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (R\$)		

Local e data: _____

Assinatura e nome legível do representante legal:



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
SALVADOR, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE
À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE
E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
COM BASE NO PREGÃO Nº XXXXXXXX, ORIUNDO
DO PROCESSO Nº 85816/2025.

O Município do Salvador, através da **SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE**, com sede à Rua Miguel Calmon, nº 28, Comércio, Salvador/BA, CEP 40.015-010, CNPJ/MF nº 13.927.801/0017-06, neste ato representada por seu Secretário Sr. **ANTÔNIO JOSÉ DA CRUZ JUNIOR MAGALHÃES**, brasileiro, residente e domiciliado em Salvador/BA, portador do RG nº 0634942646 SSP BA, inscrito no CPF nº 887.422.615- 20, devidamente autorizado por Decreto Simples publicado no DOM nº 8.455 de 17/01/2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) por, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX – SSP/BA, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 85816/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 36.784/2023 suas alterações subsequentes e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **XXX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais (uniforme), para execução do Projeto FORMANDO CIDADÃOS no Município de Salvador - BA, através do Convênio nº 952468/2023, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Descrição dos Lotes:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL R\$						

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, nos termos do **art. 111** da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
 - 2.2.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 2.3. A eficácia legal do contrato e seus aditivos está adstrita à publicação do seu extrato no Portal Nacional da Contratações Públicas (PNCP), consoante art. 94 da Lei nº 10.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste contrato correrão à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, no **exercício de 2026**, da seguinte forma:

Unidade de Gestão: Núcleo Orçamentário Financeiro - NOF;

Subação: 27.812.0002.117400 Implantação e Implementação do SEMPRE esportivo;

Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo;

Fontes: 1.700.1.1.1.001 / 1.500.1.1.0.001 - Tesouro.

3.2. Eventual dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de **R\$ 00,00 (reais)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada do relatório de medição, atestado, dos serviços prestados.

5.2. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, comunicar-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal ou Fatura pertinente à parcela incontroversa para efeito de liquidação e pagamento.

5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.3.1. Por força do Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM nº 5.826 de 04/04/2013, o (s) pagamento (s) devido (s) ao (s) fornecedor (es) será (ão) efetuado (s), exclusivamente, por crédito na conta corrente especificada pelo credor, mantida em instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda- SEFAZ, a saber BANCO BRADESCO S/A.

5.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, previsto na referida Lei Complementar.

5.7. O Contratado deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

5.7.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;

5.7.2. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual/Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

5.7.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

5.7.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.7.5. Prova de regularidade perante o CADIN.

5.8. Na hipótese de eventuais atrasos no pagamento, para os quais a CONTRATADA não tenha concorrido, esta terá direito à compensação financeira por atraso no pagamento, desde a data prevista para o efetivo pagamento até o dia de sua concretização.

5.8.1. O índice de atualização é o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.8.2. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga em atraso;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA.

- 5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 6.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão/fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste Contrato independente de transcrição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/07/2025**.
- 7.2. 7.2. Após o interregno de 01 (um) ano, havendo pedido da Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, **do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA** ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas.
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.
- 8.8. Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.10. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 8.12.** Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados do Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
 - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - d) considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.
- 8.13.** Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.
- 8.14.** Fornecer ao Contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do Contrato, que sejam de sua responsabilidade.
- 8.15.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.16.** Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo Contratado, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 8.17.** Rejeitar, no todo ou em parte, os bens/serviços entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.
- 8.18.** Emitir Ordem de Serviços- O.S., que será entregue ao Contratado.
- 8.19.** Responder ao Contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias, eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 8.20.** Proceder ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto deste contrato e a expedição do atestado de tal execução através do fiscal do contrato.
- 8.21.** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços, informações técnicas e dados complementares que se tornem necessários à boa realização dos serviços, colaborando no seu estudo e interpretação.
- 8.22.** Analisar e responder, em tempo hábil, às solicitações escritas da CONTRATADA, referentes aos esclarecimentos sobre os serviços contratados.
- 8.23.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA qualquer alteração de horário, métodos de trabalho, distribuição e variação dos quantitativos dos serviços controlados.
- 8.24.** Notificar à CONTRATADA, erros ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-los.
- 8.25.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação da eventual multa.
- 8.26.** Conferir os serviços executados, confrontando-os com as faturas emitidas.
- 8.27.** Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.2.** Assegurar condições materiais, logística e recursos humanos para a realização do objeto do contrato e seus anexos;
- 9.3.** Entregar, na data aprazada, o produto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato;
- 9.4.** Responder por quaisquer danos que venha a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na entrega dos produtos, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à Contratante no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da Contratante;
- 9.5.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à Contratante;
- 9.6.** Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.7.** Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e

respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;

9.8. Substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, os produtos objeto deste contrato em que se verifiquem má qualidade e (ou) qualidade divergente da especificação solicitada, após notificação, no prazo de 10 dias;

9.9. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos, resultantes da entrega do produto;

9.10. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este instrumento, independente de transcrição;

9.11. Respeitar no ato da entrega do produto, o tempo para conferência qualitativa e quantitativa dos mesmos, realizado pelo recebedor;

9.12. Declarar expressamente, que a garantia técnica nacional mínima dos bens não possui prazo inferior a 12 (doze) meses;

9.13. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.14. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

10.2. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será permitida a subcontratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

12.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

12.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

12.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 15.984 de 21 de setembro de 2005, sem prejuízo das demais cominações legais.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I. der causa à inexecução parcial do contrato;



- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII, VIII do subitem acima deste Contrato, bem como nos incisos II, III e IV que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**:
 - a) **moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
 - b) **moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **15% (quinze por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 1. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - c) **compensatória de 30% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de

licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.

- 13.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.
- 13.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 14.1.1.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 14.1.2.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- I. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - II. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.
- 14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.3.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - III. Indenizações e multas.
- 14.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

16.1.A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

a) Para os efeitos desta cláusula:

- I. **“práticas de corrupção”¹** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;
- II. **“prática fraudulenta”²** significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- III. **“prática colusiva”³** significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- IV. **“prática coercitiva”⁴** significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- V. **“prática obstrutiva”⁵** é

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou, (bb) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos da Cláusula 16.3 abaixo.

- b) Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;
- c) Declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- d) Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado⁵ de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

16.2.Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

16.3.O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

¹ "Terceiros" refere-se a um agente público que atua em um processo de licitações ou na execução do contrato. Neste contexto, "agente público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre licitações.

² "Parte" refere-se a um agente público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de licitações ou a execução do contrato; e o "ato" ou omissão" objetiva influenciar o processo de licitação ou a execução do contrato.

³ "Partes" refere-se aos participantes do processo de licitação (incluindo os agentes públicos) que tentam estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

⁴ Uma "parte" refere-se a um participante no processo de licitação ou da execução do contrato.

⁵ Um subcontratado designado, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviços (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital da licitação) é que qualquer um que tenha sido: (i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta ele porque traz experiência específica e know-how que são considerados na avaliação da pré-qualificação do licitante ou da sua proposta; ou (ii) indicado pelo mutuário.

16.4.O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Subcláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011 e no Diário Oficial do Município - DOM.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Seção Judiciária do Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para todos os fins de Direito.

Salvador/BA, ____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E
COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX